



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS

OFÍCIO Nº 29/2025 – VSL

Uruguaiiana, 18 de novembro de 2025.

Ao

Instituto Gamma de Assessoria a Órgãos Públicos – IGAM

A/C: Consultor Responsável pela Orientação Técnica nº 23.310/2025

Assunto: Solicitação de esclarecimentos sobre a Orientação Técnica IGAM nº 23.310/2025 – PL nº 166/2025.

Prezados,

Considerando a Orientação Técnica IGAM nº 23.310/2025, emitida a respeito do Projeto de Lei nº 166/2025, venho apresentar apontamentos técnicos e solicitar esclarecimentos formais, diante da constatação de que **o parecer emitido não guarda aderência ao conteúdo real da proposição legislativa encaminhada a este Instituto.**

O parecer parte do pressuposto de que o PL trata de **concessão de utilidade pública a entidades**, regime jurídico de OSCs, MROSC, revogação da Lei 91/1935, certificações e parcerias. Contudo, o texto do projeto **não contém nenhum dispositivo** referente a tais matérias.

O PL limita-se a **declarar a Aviação Agrícola como atividade de relevante interesse público, social, ambiental e econômico**, ato declaratório típico e constitucionalmente amparado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS

Diante dessa desconexão entre o objeto do PL e o conteúdo analisado, cumpre solicitar esclarecimentos sobre os seguintes pontos:

1. **Onde, especificamente, o texto do PL nº 166/2025 concede título de utilidade pública a qualquer entidade?** O parecer dedica diversas páginas ao tema, embora não exista no PL nenhum artigo sobre utilidade pública, certificações, OSCs ou parcerias excepcionais.
2. **Por qual razão o parecer fundamentou-se na Lei 13.019/2014 (MROSC), se o art. 4º do PL apenas autoriza, de forma genérica e condicionada à legislação vigente, a celebração de convênios e cooperações técnicas com entidades públicas e privadas — sem criar parcerias com OSCs, sem inovar no regime jurídico do MROSC e sem estabelecer qualquer hipótese de fomento ou colaboração? Como justificar a utilização do MROSC como eixo central da análise se o PL não trata de OSCs nem de instrumentos de parceria em sentido estrito?”**
3. **Como se justifica dedicar parte substancial da análise à revogação da Lei Federal nº 91/1935, matéria completamente estranha ao texto do PL, que não trata de títulos nem de entidades?**
4. **O art. 1º do PL, que declara a Aviação Agrícola como atividade de relevante interesse público, foi efetivamente considerado?** A linha argumentativa do parecer se aplica a um PL de utilidade pública, não ao texto enviado pela Câmara.
5. **Se a própria Orientação Técnica reconhece a constitucionalidade da matéria e a iniciativa concorrente, qual a razão para enquadrar o PL como se estivesse vinculado ao regime jurídico de OSCs, alheio ao seu conteúdo?**
6. **Como o IGAM conclui haver “desnecessidade de legislar”, se o PL não cria benefícios, não altera regimes, não dispensa exigências legais e se limita a declarar relevância pública — prática histórica e consolidada nos municípios?**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS

7. Em que momento o PL institui renúncia de receita, isenções, benefícios financeiros, criação de despesas ou qualquer forma de impacto orçamentário que justificasse as advertências constantes do parecer?

O texto não cria encargos para o Município, não gera despesa obrigatória, não autoriza repasse de recursos nem produz qualquer efeito fiscal. Qual é, portanto, a base jurídica para alertas sobre riscos inexistentes?

8. O IGAM entende que municípios não podem declarar atividades de interesse local?

Se entende que podem — como o parecer admite — por qual fundamento afirma que tal ato seria “supérfluo”? Com base em quais critérios técnicos ou precedentes?

9. Por que o parecer não analisou a finalidade concreta do PL, expressa na justificativa: fortalecimento do setor produtivo, segurança alimentar, relevância tecnológica e interesse local?

10. O IGAM pode indicar um único artigo do PL que trate de entidades, OSCs, títulos honoríficos, certificações, MROSC ou utilidade pública? Caso não possa, como se explica a construção de uma análise centrada nesses temas?

11. Por qual razão o parecer não dedicou uma única linha à análise da criação do ‘Dia Municipal da Aviação Agrícola’, prevista expressamente no art. 6º do PL — dispositivo claro, típico e comum na técnica legislativa municipal — limitando-se a discorrer sobre temas totalmente estranhos ao projeto, como utilidade pública, OSCs e Lei 91/1935? Como justificar a omissão completa quanto a um dos elementos centrais do texto enviado?”

12. Se o PL 166/2025 foi integralmente lido pelo consultor, como seria possível produzir um parecer baseado em utilidade pública, OSCs, Lei 91/1935 e benefícios tributários, assuntos ausentes do texto? Isso indicaria erro de enquadramento ou aplicação de modelo padronizado inadequado ao caso concreto?



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS

Diante da relevância institucional e do impacto sobre o processo legislativo, solicito manifestação formal do IGAM sobre os questionamentos acima, a fim de restabelecer a segurança técnica necessária às comissões permanentes desta Casa.

Atenciosamente,

Stella Luzardo Alves
Vereadora – Câmara Municipal de Uruguaiana
Presidente da Comissão de constituição, justiça e redação